

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.841.217 - RJ (2019/0294790-0)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADO : BRUNO TERRA DE MORAES - RJ109917**  
**RECORRIDO : RUTH SANTOS DA SILVA**  
**ADVOGADO : ALBERTO DE OLIVEIRA LOPES - RJ030019**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - RIOPREVIDÊNCIA** com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 195):

*Agravo Interno. Direito Processual. Artigo 557, § 1º, do Código de Processo Civil, manejado contra decisão deste Relator que negou seguimento, com fulcro no artigo 557, caput, do CPC, ao recurso de apelação interposto.*

*Apelação. Obrigação de fazer.*

*Pecúlio post mortem.*

*Pedido administrativo deduzido dentro do prazo decadencial previsto no artigo 46 da Lei nº 285/79.*

*Sentença de procedência.*

*Recurso da autarquia alegando decadência.*

*Seguimento negado.*

*O documento de fl.12, que é o requerimento administrativo do referido pecúlio, foi feito pela esposa do falecido servidor público pouco mais de dois meses após o óbito, ou seja, dentro do prazo decadencial de um ano.*

*Recurso a que se negou seguimento com fulcro no artigo 557, caput, do CPC.*

*Agravo desprovido.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC (fls. 205/211).

A parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 535, I e II, do CPC/73 e 5º da Lei nº 9.717/98. Sustenta tese de negativa de prestação jurisdicional. Afirma que desde a regulamentação pela Lei Federal nº 9.717, de 1998, o pagamento do auxílio-funeral e do pecúlio *post mortem* pelo ente previdenciário estadual não se afigura mais possível. Alega que *as disposições da Lei Estadual nº*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*285/79 que previam o pagamento de pecúlio post mortem pela entidade previdenciária do Estado do Rio de Janeiro tiveram sua eficácia suspensa com a edição da Lei 9.717/98 (fl. 230).*

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A irresignação não comporta acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535, I e II, do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, o Tribunal de origem entendeu devido o pagamento do pecúlio *post mortem*, sob as seguintes razões (fls. 196/197):

*Nada a rever na decisão recorrida que aqui se ratifica por seus próprios fundamentos, desta fazendo parte integrante, na forma do permissivo regimental.*

*Como se vê, todas as alegações contidas no agravo são as mesmas trazidas nas razões do agravo interno, as quais, data vênua, foram examinadas na decisão monocrática proferida, sendo exaustivo e desnecessário repeti-las.*

*Apenas para aclarar, o servidor faleceu em 18/11/2002 (doc. fl.13), quando em vigor a Lei nº 285/79, que dispunha sobre o regime previdenciário dos servidores públicos do Estado e Município do Rio de Janeiro.*

*Com a entrada em vigor da Lei Estadual nº 5.109/07, é que o benefício em testilha foi suprimido, e, como cediço, a lei aplicável à concessão do benefício é aquela vigente na data do*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*óbito do segurado, à luz do disposto na súmula 340 do STJ, que diz:*

*"A lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado"*

*Assim sendo, como bem destacado pelo Parquet, "a vedação contida no art. 5º da Lei Federal 9.717/98 não pode prejudicar o beneficiário porque o sistema previdenciário tem natureza contributiva e o servidor falecido contribuiu durante toda a sua atividade laborativa para que seus dependentes gozassem do benefício postulado". (fl. 154)*

*Por outro lado, não é exaustivo destacar que o Decreto Estadual nº 32.725/2003 (fls.156/157) regulamenta o pagamento do pecúlio post mortem e se afasta do espectro da Lei Federal nº 9.717/98.*

*Diante do exposto, cabe-me apenas, como, aliás, pretende o agravante, apresentar este feito em mesa, cujo resultado, permitam-me, não poderia ser outro que não o de se lhe negar provimento.*

*Nessa conformidade, nega-se provimento ao presente agravo regimental, nos termos do voto Relator.*

Diante do contexto, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, quais sejam, as Leis Estaduais nºs 285/79 e 5.109/2007, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário").

Ademais, cumpre asseverar que "a desconformidade da legislação local com o disposto na Lei n. 9.717/98 e na Lei n. 8.213/91 converge à existência de conflito entre lei local e lei federal, questão que só pode ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, pois trata-se, em última análise, de matéria constitucional relacionada ao pacto federativo (art. 102, III, alínea "d", da CF)" (AgRg no REsp 1.366.339/MS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 04/06/2013, DJe 10/06/2013).

Em reforço:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO.**

*PECÚLIO POST MORTEM. VIOLAÇÃO DO ART. 535, I E II, DO CPC. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. BASE DE CÁLCULO. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.*

*1. Não se conhece da alegada violação do art. 535, I e II, do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia, dispensando-se, portanto, qualquer integração à compreensão do quanto decidido.*

*2. A questão controvertida dos autos foi solucionada pelo Tribunal de*

*origem com fundamento na interpretação da legislação local (Lei Estadual nº 285/79), logo a revisão do aresto, na via eleita, encontra óbice na Súmula 280 do STF.*

*3. Agravo regimental não provido.*

**(AgRg no AREsp 658.825/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 28/09/2015).**

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEI LOCAL, CONTESTADA EM FACE DA LEI FEDERAL. HIPÓTESE DE CABIMENTO DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. ART. 102, III, D, DA CF/88. GARANTIA DO RECEBIMENTO DO PECÚLIO POST MORTEM, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DA LEI 285/79. EXAME DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF, POR ANALOGIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I.*

*No caso dos autos, o recorrente aduziu negativa de vigência ao art. 5º da Lei 9.717/98, diante da impossibilidade de o Estado pagar pecúlio post mortem aos beneficiários de ex-servidor público, tendo em vista que as disposições da Lei Estadual 285/79, que previam o pagamento de pecúlio post mortem, pela entidade previdenciária do Estado do Rio de Janeiro, tiveram sua eficácia suspensa, com a edição da Lei 9.717/98, que regulamentou as mudanças inauguradas pela EC 20/98.*

*II. Por sua vez, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com fundamento na Lei Estadual 285/79, que agora é contestada, em face da Lei Federal 9.717/98.*

*III. No entanto, após a edição da Emenda Constitucional 45/2004, a competência para julgar as causas decididas, em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local, contestada, em face de lei federal, foi transferida para o STF, nos termos do art. 102, III, d, da CF/88.*

*IV. Ademais, o Tribunal a quo apreciou o tema à luz da sucessão de Leis estaduais - Lei Estadual 285/79 e Lei Estadual 5.109/07 -, para concluir que seria aplicável a legislação vigente*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*à época do óbito do segurado, de modo a afastar a competência desta Corte para o deslinde do desiderato contido no Recurso Especial, pelo que incide, na espécie, a Súmula 280 do STF.*

*V. Agravo Regimental improvido.*

**(AgRg no REsp 1456225/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015).**

Pelos mesmos motivos, segue obstado o recurso especial pela alínea *c* do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator